

Governo terá que negociar

Inácio Muzzi

BRASÍLIA — Se o governo estava pretendendo apresentar um pacote de medidas econômicas logo após a promulgação da nova Constituição, levando o Congresso a aprová-lo em clima de pânico com a perspectiva de o patamar da inflação elevar-se a 26%, ele terá agora que mudar de estratégia e buscar um acordo com as lideranças parlamentares. Esta é, segundo o deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), a principal consequência da divulgação do programa de reforma do sistema monetário pelo economista Francisco Lopes e que o Congresso deverá conhecer em detalhes na forma de projeto de lei.

“O Congresso agora tem uma alternativa para fazer contraponto ao projeto do governo”, disse Rebouças, que ontem à noite apresentou rapidamente o plano ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Segundo o parlamentar, Ulysses o cumprimentou por incentivar a participação democrática do Congresso na elaboração da política econômica e pediu que comparecesse novamente a seu gabinete hoje, quando então se manifestará oficialmente sobre a matéria.

O programa econômico proposto por Francisco Lopes (um dos inspiradores do Plano Cruzado) visa uma desindexação gradual da economia, mediante a implantação de um sistema de duas moedas, com o cruzado assumindo o desgaste do processo inflacionário e a nova moeda,

chamada *Real*, mantendo-se valorizada e em paridade temporária com a OTN. O governo ainda não se manifestou oficialmente sobre o plano, mas o ministro do Planejamento João Batista de Abreu comunicou ontem ao deputado que a proposta está sendo analisada pela assessoria da Seplan e do Ministério da Fazenda.

Se o governo mostrar disposição para negociar com o Congresso as soluções para o processo inflacionário, Osmundo admite a possibilidade de desistir da apresentação da matéria como projeto de lei. Caso contrário, o parlamentar pretende apresentar o projeto à mesa da Câmara na primeira sessão da próxima semana e contar com o apoio das lideranças partidárias para conseguir que o projeto tramine em regime de urgência. “Se houver vontade política, a Câmara e o Senado poderão aprovar o projeto no prazo máximo de trinta dias”, acredita Osmundo.

Divergências— As lideranças do PFL se mostraram divididas sobre a adoção de um pacote econômico para combater o quadro inflacionário. Após audiências separadas com o presidente José Sarney, ontem de manhã no Palácio Alvorada, os líderes do partido no Senado, Marcondes Gadelha, e na Câmara, deputado José Lourenço, saíram com discursos diferentes e antagônicos. Enquanto Gadelha defendeu a manutenção da política feijão com arroz dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, Lourenço cobrou a adoção de medidas de choque para conter a inflação.